

2014.02-6180

CONTRATO MATER Nº 001/SAD/SEADM/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA NUTRICASH SERVIÇOS LTDA, EM DECORRENCIA DA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2013, PROCESSO Nº 095.2013.VI.PP.022.SAD, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21.06.1993, E DEMAIS ALTERAÇÕES.

Por este instrumento, o **ESTADO DE PERNAMBUCO** através da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO - SAD**, inscrita no CNPJ/MF Nº 10.572.022/0001-80, com sede à Av. Antonio de Góes, nº 194, Pina, Recife, PE, CEP 51010-000, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Secretário Executivo de Administração, Sr. **EMILIO VELUDO LOPES**, brasileiro, casado, contador, CPF (MF) nº 689.725.522-15, portador da cédula de Identidade nº 28281111 PC/PA, residente e domiciliado na cidade do Recife/PE, no uso dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria SAD nº 402 publicada no DOE em 06/02/2014, e do outro lado a **NUTRICASH SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.194.191/0001-10, estabelecida na Av. da França, 164, 11º andar – Comércio, Salvador – BA, CEP 40.010-000, representada neste ato pela sua Diretora, Sra. **ROSANE DE FREITAS MANICA**, brasileira, divorciada, comerciante, domiciliada na Av. Tancredo Neves, nº 1672, Edf. Catabas Empresarial, salas 401/402 – CEP: 41820-020, Salvador-BA, portadora da carteira de CRN - Conselho Regional de Nutrição nº 0507, CPF/MF nº 297.961.480-72 e RG nº 11410936-26, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO** mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, tudo de acordo com o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2013, PROCESSO Nº 095.2013.VI.PP.022.SAD**, devidamente homologado pela autoridade superior em 29/08/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o serviço de gerenciamento do fornecimento de combustíveis e da execução de manutenção preventiva e corretiva para os veículos/equipamentos do Governo do Estado de Pernambuco, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado, via internet, através da tecnologia de cartão eletrônico, compreendendo:

- I - Sistema tecnológico de gerenciamento integrado para viabilizar o pagamento das despesas com abastecimento e manutenção dos veículos/equipamentos junto à rede credenciada e o controle de entradas, saídas, viagens e disponibilidade da frota;
- II - Sistemas e equipamentos para o processamento das informações dos cartões e terminais eletrônicos periféricos do sistema;
- III - Cartões eletrônicos para cada veículo/equipamento, para o gerenciamento de informações da frota;
- IV - Informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação dos condutores, datas e horários, tipos de combustíveis, lubrificantes, peças, componentes, serviços de lavagem e de manutenção preventiva ou corretiva, que deverão ser alimentados por meio eletrônico e em base gerencial de dados permanentemente disponíveis para o GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, consolidando dados financeiros e operacionais da frota, com a emissão de relatórios gerenciais pela Web, conforme detalhamento descrito no Anexo I deste contrato e Anexo I-A do Edital do Processo nº 095.2013.VI.PP.022.SAD;
- V - Disponibilização de relatórios customizáveis, que possibilitem a geração e o cruzamento de informações necessárias à CONTRATANTE, conforme detalhamento descrito no Anexo I-B do Edital do Processo nº 095.2013.VI.PP.022.SAD;

Emilio Veludo Lopes
Secretário Executivo

Oscar Vilaca de Melo Filho
Procurador do Estado de PE
Assessoria Jurídica

VI - Disponibilização de ferramenta de BI (Inteligência de Negócios) que permita agrupar os dados de todos os órgãos e entidades que aderirem à contratação, de forma consolidada, relacionando através de indicadores as principais disparidades encontradas;

VII - Rede credenciada de estabelecimentos que forneçam:

- a) Combustíveis dos tipos: gasolina comum, etanol, diesel comum e gás GNV;
- b) Lavagem, aspiração e aplicação de cera em veículos;
- c) Serviços de manutenção corretiva e preventiva, incluindo o fornecimento de produtos e peças.

VIII - Envio das notas fiscais liquidadas junto à rede credenciada de oficinas, em formato digital, contemplando no mínimo as seguintes informações: razão social, endereço completo, nome fantasia, CNPJ, Inscrição Estadual, data de emissão, modelo da NF, natureza da operação, série da NF, valor total de produtos, valor total de serviços, valor total da NF e a discriminação dos serviços com os respectivos valores.

Parágrafo Único - Para os fins deste Contrato considera-se que a expressão "veículos/equipamentos" representa a seguinte definição: veículos terrestres, veículos aquáticos, equipamentos motorizados, equipamentos acoplados e rebocáveis, e outros tipos de equipamentos que possuam tanque de combustível próprio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem por fundamentação legal a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e o Processo Licitatório a que se refere o preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A presente contratação é celebrada na forma de execução indireta; empreitada a preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

O preço do combustível a ser pago será o valor à vista do preço de bomba, na data do abastecimento, não podendo ultrapassar o preço máximo divulgado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), através da Pesquisa Semanal de Preços de Combustíveis, podendo ser ofertado pelo proponente desconto sobre o valor total faturado em cada mês;

Parágrafo Primeiro - Os limites de preço praticados no Distrito Estadual de Fernando de Noronha serão tratados de forma excepcional, em conjunto com a Secretaria de Administração;

Parágrafo Segundo - Para as cidades onde não seja realizado o levantamento dos preços dos combustíveis pela ANP, deverá ser considerado o preço máximo da cidade geograficamente mais próxima;

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS DE ITENS DE MANUTENÇÃO

Os preços máximos para peças de manutenção serão aqueles constantes na tabela de referência que servirá como base para a Secretaria de Administração do Estado, nas análises e aprovações dos orçamentos eletrônicos;

Parágrafo Primeiro - A tabela a ser utilizada pela Secretaria de Administração como referência para os preços máximos das peças e para os tempos necessários para serviços de manutenção será o banco de dados fornecido pela AUDATEX;

Parágrafo Segundo - A duração máxima dos serviços que necessitam de mão de obra será aquela constante na tabela de referência utilizada pela Secretaria de Administração do Estado;

Emílio Veludo Lopes
Secretário Executivo
de Administração

Osmair Viana de Melo Filho
Procurador do Estado de PE
Procuradoria Consultiva
Página 2 de 18

Parágrafo Terceiro - O valor máximo da hora de mão de obra será estabelecido diretamente pelo processo licitatório.

CLÁUSULA SEXTA – DO MODELO DE CONTRATAÇÃO, CONTRATANTE E USUÁRIOS

O Modelo de Contratação dos serviços, a seguir especificado, deve ser respeitado por todos os envolvidos nesta Prestação de Serviços: SAD, Órgãos Aderentes e Contratada;

Parágrafo Primeiro - O Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Administração (SAD), será o Contratante Principal de todos os serviços de Abastecimento e Manutenção, através deste Contrato, também denominado de *Contrato Mater*, contendo a relação de todos os serviços ora licitados;

I - Neste instrumento estão pactuadas as condições de preço e as exigências de estrutura e qualidade dos serviços, bem como, as demais condições técnicas e administrativas para a execução dos serviços e formas de pagamentos previstas.

Parágrafo Segundo - Todos os Órgãos e Entidades que aderirem ao Contrato de Prestação de Serviços referente a este Processo Licitatório serão denominados de *Contratantes Aderentes*;

I - Poderão aderir ao Contrato de Prestação de Serviços referente a este processo licitatório todos os Órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta;

II - Os órgãos e entidades que aderirem à contratação deverão arcar com o pagamento dos serviços constantes deste Termo de Referência de que fizerem uso.

Parágrafo Terceiro - A vencedora do certame, denominada de CONTRATADA, será a responsável pelo fornecimento de todos os serviços e recursos especificados nos itens e subitens deste Termo de Referência;

Parágrafo Quarto - A partir da formalização do Contrato Principal, toda a prestação de serviços será contratada diretamente pelo Órgão Contratante Aderente, através do instrumento denominado Contrato de Adesão.

I - O Contrato de Adesão conterá a relação dos serviços que serão prestados ao contratante, em um Adendo ao Contrato de Adesão;

II - Deve constar no Adendo a relação dos itens de serviço contratados, o quantitativo de frota própria e locada do Aderente e de cada Unidade Administrativa Vinculada e os valores mensais por veículo, mensais totais e anuais totais associados a cada um dos serviços e unidades;

III - Todas as adesões serão processadas e autorizadas previamente pela Secretaria de Administração e estarão condicionadas às condições da CONTRATADA de manter o mesmo nível de qualidade do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O contrato vigorará de 22/09/2014 a 21/09/2015, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Os contratos de adesão serão dependentes do Contrato Mater, não podendo prosseguir após o fim da vigência desse.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO

O Sistema de Gerenciamento deverá estar implantado pela CONTRATADA em cada órgão/entidade aderente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato. A implantação compreende:

Emílio Veludo Lopes
Secretário Executivo
de Administração

Oscar Vilça de Melo Filho
Procurador do Estado de PE
Pernambuco, 15 de Setembro de 2014
Página 3 de 18

- I - Elaboração de plano de trabalho, a ser validado pelo CONTRATANTE juntamente com a SAD, contemplando o cronograma e o detalhamento das atividades previstas para implantação do Sistema, observado o prazo máximo consignado neste Termo de Referência;
- II - Cadastramento de todos os veículos/equipamentos do contratante;
- III - Cadastramento de todos os usuários, motoristas e condutores do contratante;
- IV - Credenciamento da rede de postos de abastecimento, lojas de autopeças, oficinas e concessionárias;
- V - Identificação visual e divulgação da rede credenciada;
- VI - Implantação e parametrização dos sistemas tecnológicos;
- VII - Confeção e distribuição de cartões, conforme necessidade do CONTRATANTE;
- VIII - Treinamento de usuários, gestores e técnicos responsáveis pela infraestrutura de transportes da CONTRATANTE;
- IX - Treinamento dos funcionários da rede credenciada;
- X - Recadastramento de todos os veículos/equipamentos de cada órgão/entidade aderente, quando solicitado pela Secretaria de Administração.

Parágrafo Único - Ao fim do prazo de 60 dias, satisfeitos todos os requisitos do Termo de Referência e seus anexos, considerar-se-á entregue o objeto da contratação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá à CONTRATADA:

- I - Disponibilizar estrutura administrativa que garanta o bom desempenho de suas atribuições técnicas e administrativas, dando o necessário suporte para uma eficiente execução do serviço e para um bom relacionamento com a CONTRATANTE e com os postos credenciados;
- II - Planejar e executar a implantação do sistema contratado;
 - a) O sistema da CONTRATADA deve satisfazer aos requisitos mínimos exigidos nos Anexos I-A e I-B do Edital do Processo nº 095.2013.VI.PP.022.SAD e Anexo I deste contrato.
- III - Validar o planejamento da implantação, em momento oportuno, junto à SAD e o gestor da frota do aderente, contemplando o cronograma e forma de execução das seguintes ações:
 - a) Customização do Sistema de Gestão de Frota;
 - b) Cadastramento dos veículos/equipamentos;
 - c) Cadastramento dos gestores, aprovadores e condutores;
 - d) Parametrização dos cartões de veículos;
 - e) Parametrização dos limites de consumo e financeiros;
 - f) Capacitação dos usuários;
 - g) Suporte aos gestores.

Emílio Veloso Lopes
Secretário Executivo
de Administração

Oscar Vilaca de Melo Filho
Procurador do Estado de PE

IV - Implantar e parametrizar os sistemas tecnológicos;

a) Após a implantação, os gestores de frota deverão estar familiarizados com todos os relatórios emissíveis pelo sistema e aptos a utilizá-los em prol da otimização da frota sob sua responsabilidade;

V - Prover suporte técnico e capacitação permanente para os gestores, aprovadores e condutores da CONTRATANTE, após a fase de implantação, em cada órgão aderente ao contrato, de acordo com a conveniência e necessidade da CONTRATANTE;

VI - Atender em até 24 (vinte e quatro) toda e qualquer demanda feita pela Secretaria de Administração acerca da parametrização dos cartões;

VII - Garantir que o sistema, uma vez operacional, satisfaça os requisitos do Anexo I-C do Edital do Processo nº 095.2013.VI.PP.022.SAD;

VIII - Cadastrar todos os veículos/equipamentos da frota da CONTRATANTE, com informações suficientes para que sejam emitidos todos os relatórios do Anexo I-B do Edital do Processo nº 095.2013.VI.PP.022.SAD;

IX - Garantir que só deverão ser cadastrados veículos/equipamentos com dados completos e fidedignos;

X - Confeccionar e distribuir os cartões magnéticos, sem custo adicional para a CONTRATANTE, conforme necessidade de cada órgão;

a) A CONTRATADA deverá informar à Secretaria de Administração todas as solicitações e cancelamentos demandados;

b) As solicitações de expedição ou cancelamento de cartões deverão ser implementadas somente após autorização da Secretaria de Administração;

c) Cada cartão deverá ser associado a um veículo/equipamento;

d) Cada órgão fará jus a um quantitativo de cartões genéricos, definido em Portaria pela Secretaria de Administração, que poderá ser associado a qualquer veículo/equipamento.


XI - Disponibilizar consultores que, durante a vigência contratual, deverão realizar, no mínimo, uma visita mensal a cada gestor dos órgãos e secretarias com 100 veículos ou mais e no mínimo uma visita trimestral aos demais gestores, objetivando a capacitação para o uso do sistema, a análise dos indicadores de desempenho da frota e o suporte técnico para a execução da gestão da frota;

a) A Gerência Geral de Serviços Corporativos do Estado deverá ser informada do cronograma das visitas e das atas das reuniões.

XII - Executar o monitoramento e o acompanhamento do desempenho do serviço, sugerindo/estabelecendo métricas e indicadores de desempenho e de resultados, para os gastos e consumos, apoiando os gestores setoriais e analistas em gestão administrativa na análise dos dados e operacionalização do sistema;

XIII - Definir uma metodologia para o controle dos indicadores de desempenho e das despesas com abastecimento, manutenção e lavagem, com recomendações de ações de melhoria operacional e redução de custo;

XIV - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato e das condições estabelecidas neste Termo de Referência;


Emilio Veludo Lopes
Secretário Executivo
de Administração


Oscar Vilaca de Melo Filho
Procurador do Estado de PE

XV - Responsabilizar-se solidariamente pelos atos de sua Rede Credenciada desempenhados na execução dos contratos originários deste Termo de Referência;

XVI - Relatar toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados à CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

XVII - Reembolsar os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada, inexistindo qualquer relação financeira entre estes prestadores e a CONTRATANTE;

XVIII - Disponibilizar suporte técnico através de e-mail e telefone;

XIX - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados;

XX - Manter, durante a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório e Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, estando sempre apta para comprovação, sempre que necessário for, junto à CONTRATANTE;

XXI - Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação expedida pela CONTRATANTE;

XXII - Fornecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, em meio magnético e/ou documental relatórios e informações constante do seu banco de dados, conforme parâmetros a serem definidos pelo CONTRATANTE, não podendo haver limitações ao período solicitado;

XXIII - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte e demais custos resultantes da execução do contrato;

XXIV - Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;

XXV - Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato.

Parágrafo Primeiro - Relativamente ao Sistema de Informações da contratação caberá à CONTRATADA:


I - Guardar sigilo sobre as informações da CONTRATANTE constante do seu banco de dados, devendo mantê-las arquivadas e disponíveis à CONTRATANTE para fins de consulta e auditoria, ainda que extinto o contrato, por, no mínimo, 10 (dez) anos;


II - Disponibilizar permanentemente para a CONTRATANTE, por meio de mídia eletrônica, os dados operacionais e financeiros da frota, obtidos durante a vigência do contrato, inclusive após o seu término;

III - Disponibilizar capacidade de armazenamento suficiente para manter todos os dados disponíveis para consulta online;

IV - Disponibilizar através do sistema a possibilidade de exportação de dados para várias tecnologias (.xls, .xlsx, .txt, .xml, .pdf ou outras similares);

V - Disponibilizar, sem ônus para a CONTRATANTE, as atualizações das funcionalidades do software;


Emilio Veludo Lopes
Secretário Executivo
de Administração


Oscar Vilaca de Melo Filho
Procurador do Estado de PE

VI - Prover os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) necessários à garantia do funcionamento do sistema, durante 24 horas por dia e, ainda, apoiar as ações de melhorias tecnológicas e funcionais, quando solicitadas pela SAD;

VII - Desenvolver, às suas expensas, sistema informatizado de gerenciamento do serviço, compatível com o ambiente seguro, via WEB, on-line, interligando os locais de atendimento com a CONTRATANTE;

VIII - Disponibilizar à CONTRATANTE pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos e em extensão e formatação a serem definidas pela CONTRATANTE;

IX - Responsabilizar-se pela instalação e manutenção dos softwares do sistema;

X - Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa;

XI - Estabelecer junto à sua rede credenciada, os critérios de definição dos preços a serem pagos para o abastecimento de combustíveis, conforme indicado no item 4 do Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - Relativamente à Rede Credenciada da contratação caberá à CONTRATADA:

I - Garantir que a sua Rede Credenciada atenda aos requisitos mínimos elencados nos Anexos I-D e I-E do Edital do Processo nº 095.2013.VI.PP.022.SAD;

II - Pagar, pontualmente, aos estabelecimentos credenciados, o valor efetivamente devido, ficando definido que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA;

III - Manter nos estabelecimentos credenciados à sua rede, em local visível, a identificação visual de sua adesão ao sistema objeto deste Contrato;

IV - Planejar, em conjunto com a SAD, a inclusão e exclusão de estabelecimentos à sua rede credenciada, seja qual for a origem da solicitação da inclusão ou exclusão;

V - Exercer o credenciamento e o descredenciamento dos estabelecimentos, observando as exigências técnicas e condições definidas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA;

VI - Treinar os colaboradores dos estabelecimentos da rede credenciada para operar os equipamentos necessários;

VII - Fiscalizar a qualidade da prestação dos serviços dos postos, garantindo que o abastecimento só poderá ocorrer após a conferência do condutor, do veículo e dos respectivos cartões e a conferência da quilometragem registrada no hodômetro do veículo;


VIII - Manter os cadastros dos estabelecimentos credenciados atualizados, garantindo que as informações do relatório do item 4 do Anexo I-B do Edital do Processo nº 095.2013.VI.PP.022.SAD sejam fidedignas.

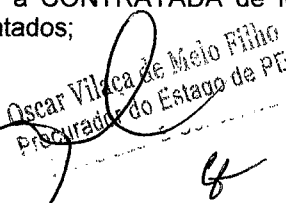
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Como CONTRATANTE PRINCIPAL, caberá à Secretaria de Administração:

I - Realizar a gestão corporativa dos serviços, analisando todos os dados acerca das operações dos Contratantes Aderentes de forma centralizada;

II - Adotar medidas visando um eficaz relacionamento com a CONTRATADA de forma a ensejar o melhor desempenho e qualidade dos serviços contratados;


Emilio Valudo Lopes
Secretário Executivo
de Administração


Oscar Vilca de Melo Filho
Procurador do Estado de PE

- III - Intermediar as contratações dos Aderentes com a CONTRATADA;
- IV - Aprovar o Plano de Implantação da CONTRATADA, em conjunto com os Contratantes Aderentes;
- V - Coordenar a implantação do serviço;
- VI - Acompanhar a execução operacional da CONTRATADA e dos Contratantes Aderentes;
- VII - Fiscalizar a qualidade do serviço prestado;
- VIII - Acompanhar os novos Contratos de Adesão;
- IX - Propor medidas de regulamentação e controle;
- X - Estabelecer diretrizes para a atuação da CONTRATADA;
- XI - Aprovar o planejamento definido junto com a CONTRATADA para inclusão e exclusão de estabelecimentos da Rede Credenciada;
- XII - Acompanhar a atuação dos consultores contratados e a evolução dos indicadores;
- XIII - Acompanhar os processos de penalização movidos pelos Contratantes Aderentes e, na inércia desses ou quando provocada, proceder à penalização da CONTRATADA;
 - a) Os Contratantes Aderentes somente poderão provocar a SAD para mover os processos de penalização após terem notificado a CONTRATADA e recebido resposta insatisfatória.
- XIV - As obrigações da SAD oriundas dessa contratação serão desempenhadas pela Gerência Geral de Serviços Corporativos do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ADERENTE

São obrigações da CONTRATANTE ADERENTE:

- I - Efetivar, mediante intermédio da SAD, a contratação do processo com a CONTRATADA;
- II - Promover aditamentos processuais;
- III - Indicar, formalmente, o gestor setorial para acompanhamento da execução contratual;
 - a) Ao Gestor Setorial caberá exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando a avaliação periódica.
- IV - Aprovar a execução do plano de implantação do serviço no órgão junto com a SAD;
- V - Definir os usuários (motoristas, condutores e demais técnicos) que terão acesso ao sistema;
- VI - Definir os veículos para o cadastramento junto ao sistema;
- VII - Acompanhar a execução operacional do contrato;
- VIII - Promover no órgão a implantação do serviço;
- IX - Fiscalizar a qualidade do serviço prestado;


Emilio Volundo Lopes
Secretário Executivo


Oscar Vilaca de Melo Filho
Procurador do Estado de PE

- X - Disseminar normas de controle e funcionamento emanadas pela SAD, através da Gerência Geral de Serviços Corporativos do Estado;
- XI - Estabelecer no sistema, para cada veículo que credenciar, de sua propriedade ou locado, um limite de crédito, o qual não poderá ser ultrapassado sem autorização expressa do Gestor Setorial;
- XII - No caso de extravio ou danos ao cartão de abastecimento, requerer à CONTRATADA a emissão de novo cartão, sem custo adicional para o Estado, com o cancelamento do registro do cartão extraviado;
- XIII - Providenciar o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos, em caso de retirada de circulação, alienação ou devolução à empresa locadora proprietária do veículo;
- XIV - Informar imediatamente à CONTRATADA, o furto, roubo, extravio, falsificação ou fraude do cartão destinado ao veículo;
- XV - Devolver à CONTRATADA, devidamente firmado, o protocolo de entrega dos cartões dos veículos, sob pena de responder por quaisquer reclamações e ou ações oriundas da utilização indevida;
- XVI - Remanejar ou incrementar créditos em cada cartão destinado ao veículo;
- XVII - Efetuar a análise e o atesto nas faturas e notas fiscais emitidas pela CONTRATADA, efetivando o respectivo pagamento;
- XVIII - Rejeitar, no todo ou em parte, os itens de serviço em desacordo com o contrato;
- XIX - Fornecer à CONTRATADA, em conformidade com o plano de implantação, o cadastro completo dos veículos/equipamentos, gestores, aprovadores e condutores autorizados, contendo todos os dados necessários à satisfação dos itens 1, 2 e 3 do Anexo I-B do Edital do Processo nº 095.2013.VI.PP.022.SAD;
- XX - Designar os servidores para acompanhamento da execução e da fiscalização da prestação dos serviços, objeto deste Contrato;
- a) A existência da fiscalização por parte da CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços.
- XXI - Identificar junto à CONTRATADA os servidores que serão usuários do sistema, com poderes para administração plena ou apenas acesso às informações, de acordo com o nível de permissão estabelecido, bem como responsabilizar-se pela comunicação prévia dos casos de demissão, férias ou mudança de lotação;
- XXII - Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas, relativos ao consumo e serviços efetivamente utilizados;
- XXIII - Proceder à penalização da CONTRATADA sempre que detectar imperfeições na execução dos serviços;
- XXIV - Receber diariamente os comprovantes de transação de operações de serviços de cada veículo para análise e validação mensal da prestação de serviço da CONTRATADA;
- XXV - A CONTRATANTE deverá arquivar e anexar à solicitação de liquidação e pagamento os seguintes documentos:

- a) Notas fiscais/faturas das oficinas, autopeças ou concessionárias selecionadas pela CONTRATANTE;

Emílio Veludo Lopes
Secretário Executivo
de Administração

Oscar Vilaca de Melo Filho
Procurador do Estado de PE

b) Comprovação de que houve pesquisas de preços junto a pelo menos 03 (três) oficinas, autopeças ou concessionárias credenciadas;

c) Relatórios do sistema da CONTRATADA, que demonstrem de forma detalhada as despesas com peças, serviços de mão de obra e taxa de administração;

XXVI - A exigência de 03 (três) orçamentos aplica-se também aos veículos novos do CONTRATANTE, cuja garantia não esteja vencida, salvo quando houver número inferior de concessionárias;

XXVII - A CONTRATANTE deverá adquirir as peças ou acessórios considerando o menor preço, considerando-se também o local onde os serviços serão executados, avaliando e justificando o custo/benefício;

XXVIII - Emitir empenho para pagamento do serviço, associando e validando os comprovantes de transação de operações com os relatórios emitidos pela CONTRATADA, devendo ser observado o preço estabelecido no item 17 do Termo de Referência;

XXIX - Solicitar à SAD análise para aprovação de novo credenciamento ou a substituição de estabelecimentos que forem considerados incompatíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos aderentes, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nos respectivos contratos de adesão e notas de empenho, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório.

Parágrafo único. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do contrato de adesão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO

O valor global deste contrato pela execução do seu objeto é de R\$ **R\$ 84.446.076,00** (oitenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e setenta e seis reais), com base nos preços unitários e quantitativos constantes do Termo de Referência do processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias após a apresentação de fatura ou nota fiscal, com o valor de acordo com os serviços prestados naquele período, devidamente atestado pelo Gestor Setorial de cada órgão contratante;

Parágrafo Primeiro - A nota fiscal compreenderá a utilização dos serviços objeto do presente Termo de Referência no mês anterior à sua emissão;

Parágrafo Segundo - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATANTE cuja situação junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado de Pernambuco esteja irregular e enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade;

Parágrafo Terceiro - Para fins de pagamento, só serão considerados gastos realizados junto à rede credenciada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento, bem como, pela inexecução dos níveis de serviços e requisitos técnicos fixados no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Processo Licitatório Nº 095.2013.VI.PP.022.SAD - assim como, pelo atraso injustificado na implantação ou execução dos serviços programados, ou o não atendimento dos chamados técnicos ficará a

Emilio Veludo Lopes
Secretário Executivo

Oscar Vilaca de Melo Filho
Procurador do Estado de PE

CONTRATADA, garantida a prévia defesa em processo administrativo, sujeita às sanções previstas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documento exigido para o certame, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Estadual, e será descredenciado no CADFOR-PE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no edital e no contrato e demais cominações legais;

Parágrafo Segundo - A penalidade de multa será aplicada nos seguintes termos:

- a) pelo atraso no pagamento dos salários, inclusive férias e 13º salário, entrega dos vales-transporte e/ou vale alimentação nas datas avençadas e/ou previstas na legislação trabalhista ou Norma Coletiva da categoria: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor mensal do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) pelo atraso na prestação do serviço executado, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) do valor mensal do referido serviço, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);
- c) pela recusa em executar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor do serviço;
- d) pela demora em corrigir falha na prestação do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor mensal do contrato, por dia decorrido;
- e) pela recusa em corrigir as falhas na prestação do serviço, entendendo-se como recusa o serviço não efetivado nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato;
- f) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor mensal contratado, para cada evento.

Parágrafo Terceiro - As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

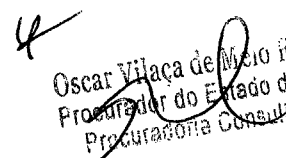
Parágrafo Quarto - Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo;

Parágrafo Quinto - Fica o ente público CONTRATANTE, autorizado, após regular processo administrativo, em caso de aplicação de multa ao contratado, a haver o respectivo valor das multas mediante subtração do valor da garantia do contrato, caso esta tenha sido dada em dinheiro;

Parágrafo Sexto - Não se tratando de garantia em dinheiro, ou seja, em não sendo a garantia contratual de natureza que comporte pronta execução extrajudicial, a Administração exigirá o recolhimento da multa, por meio da Guia de Recolhimento Estadual (GRE), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente, sob pena de inscrição na Dívida Ativa Estadual;

Parágrafo Sétimo - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente, conforme determina o §1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93;


Emilio Veludo Lopes
Secretário Executivo
de Administração


Oscar Vilça de Melo Filho
Procurador do Estado de PE
Procuradoria Consultiva

Parágrafo Oitavo - O recolhimento da(s) multa(s) não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GARANTIA

A CONTRATADA, para execução dos serviços objeto desta licitação, prestará no ato da assinatura do contrato, em favor da CONTRATANTE, **garantia fixada no percentual de 1% (um por cento) do valor do contrato**, nos termos do artigo 56, §2º, da Lei nº 8.666/93, podendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia previstas no diploma legal citado.

Parágrafo Primeiro - A garantia terá o seu valor atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – **IPCA** fornecido pelo **IBGE** sempre que houver reajuste no valor global contratado.

Parágrafo Segundo - A garantia somente será liberada, após a comprovação inequívoca do pagamento de todos os encargos trabalhistas e previdenciários, por parte da CONTRATADA, mediante cópias autenticadas de todos os documentos exigidos pela Legislação, de cada um dos seus empregados, envolvidos na prestação dos serviços contratados, referentes ao mês anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O valor do contrato será reajustado com periodicidade anual, contada a partir da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se para tanto o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), de acordo com o art. 5º da Lei 12.525/03, alterado pela lei 12.932/05;

Parágrafo Primeiro - Havendo interesse das partes contratantes em prorrogar a avença, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste dos preços até a data anterior à efetivação da prorrogação contratual, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito;

Parágrafo Segundo - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e também, nos casos de Falência, Concordata ou Dissolução da CONTRATADA, ou declaração de insolvência dos seus sócios, Gerentes ou Diretores, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência na prestação dos serviços, conforme preceituação dos Artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Primeiro - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

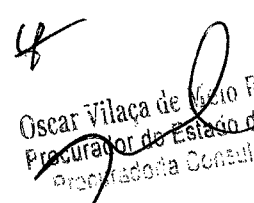
Parágrafo Segundo - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível;

Parágrafo Terceiro - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUCESSÃO

O presente instrumento obriga as partes contratantes e os seus sucessores, que, na falta delas, assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.


Emilio Veludo Lopes
Secretário Executivo
de Administração


Oscar Vilça de Melo Filho
Procurador do Estado de PE
Procuradoria Consultiva

CLAÚSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento contratual e seus Termos Aditivos serão publicados no Diário Oficial do Estado como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, para dirimir qualquer divergência ou dúvida no presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.


E, por estarem, assim, justas e acordadas, firma o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico e legal, na presença de 02 (duas) testemunhas, que no final também o subscrevem.

Recife, de de 2014.


CONTRATANTE

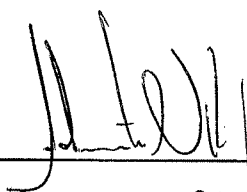

EMÍLIO VELUDO LOPES
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO


CONTRATADA

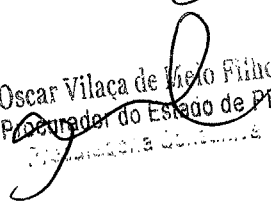

ROSANE DE FREITAS MANICA
DIRETORA PRESIDENTE DA NUTRICASH SERVIÇOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1. 
CPF: 054.686.794-42

2. 
CPF: 038581904-89


Taciana Carolina A. Melo
Chefe de Seção de Licitação e Contratos
Procuradoria Consultiva - FGE


Oscar Vilaca de Melo Filho
Procurador do Estado de PE

ANEXO I

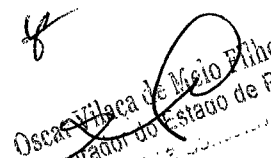
Requisitos mínimos exigidos do sistema informatizado de gestão disponibilizado pela CONTRATADA

1. Ser acessível, via WEB, 24 (vinte e quatro) horas por dia, não devendo ser necessário nada mais que um navegador de internet para tanto;
2. Comportar senhas de acesso global, que permitam a visualização e extração de informações e relatórios de todos os Contratantes Aderentes simultaneamente ou de alguns selecionados a critério do usuário;
3. Disponibilizar, em tempo real, todos os dados das operações capturados pelo uso dos cartões, com detalhes suficientes para compilar todos os relatórios do Anexo I-B do Edital do Processo nº 095.2013.VI.PP.022.SAD;
4. Permitir integração (transferência e recebimento de informações por meio de arquivos eletrônicos em formato .csv, .xls ou mais atual) de sua base de dados com outros sistemas utilizados pelo Governo do Estado e seus órgãos, tais como:
 - 4.1. Sistema de Gestão do Patrimônio;
 - 4.2. Sistema Informatizado do DETRAN;
 - 4.3. Sistema de Almoxarifado.
5. Solução para individualizar cada motorista no momento do abastecimento ou lavagem, de modo que o sistema possa identificar quem foi o responsável por cada despesa dessa natureza feita com cada veículo;
- 5.1. As operações de manutenção não terão identificação de motorista, mas sim do aprovador responsável.
6. Prover solução para os veículos/equipamentos alugados, evitando que em caso de substituição dos mesmos o cadastro não mantenha ativos veículos que tenham sido devolvidos em substituição a outros;
7. Deve permitir a consulta do saldo disponível nos cartões a qualquer tempo, através dos terminais eletrônicos de transação, SMS, aplicativo para dispositivos móveis ou *call center*, além do próprio sistema de gestão;
8. Disponibilizar, em forma de mapa, acessível via internet, a localização dos estabelecimentos da rede credenciada da CONTRATADA, de modo que seja possível visualizar, simultaneamente, todos os postos de uma determinada região. Esse mapa deve ser dotado, no mínimo, das seguintes funcionalidades:
 - 8.1. Zoom, da escala de 1.000:1 até a escala de 10.000:1;
 - 8.2. Identificação dos estabelecimentos pelo nome fantasia;
 - 8.3. Elaboração de rotas, entre os estabelecimentos, de modo que seja possível planejar paradas em viagens pelo estado.
9. Deve ser possível agrupar os veículos/equipamentos cadastrados por família, por qualquer informação disponível no cadastro, por município da transação, por estabelecimento da transação (Nome e CNPJ) e por qualquer combinação desses de forma hierarquizada;
- 9.1. Para os fins deste Termo de Referência entende-se por "família" os agrupamentos de veículos/equipamentos por marca, modelo e motorização;
10. Permitir, para os agrupamentos referidos no item anterior, restrições ao uso dos cartões por:

- 10.1. Dia da semana, feriados e horário;
- 10.2. Quilometragem mínima e máxima;
- 10.3. Tipo de combustível e tipo de serviço;
- 10.4. Tempo entre as transações;
- 10.5. Local da transação;
- 10.6. Consumo/desempenho;
- 10.7. Cota de consumo.
11. Controle de vida útil dos pneus, diferenciado do controle das demais peças, contemplando alertas para rodízio, balanceamento, alinhamento e substituição;
12. Criação de ordens de serviço;
13. Controle das manutenções preventivas e corretivas;
- 13.1. O gestor da frota deve receber aviso informando a iminência da necessidade de manutenções preventivas.
14. Controle de troca de peças;
15. Plano de manutenção preventiva por famílias e por veículos;
16. Histórico de troca de peças e serviços efetuados, com nomenclatura padronizada, contendo seus preços e quantidade de horas de mão de obra para o reparo;
17. Estatísticas de vida útil por peças e/ou modelo de veículo;
18. Controle de garantia de peças;
19. Controle de sinistro dos veículos;
20. Avaliação e aprovação dos orçamentos de peças, acessórios e serviços.
21. Disponibilizar via web, no prazo de 72 horas, no mínimo 3 (três) cotações eletrônicas de preço para a aquisição de peças e serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- 21.1. Possibilitar a inclusão de fotos aos orçamentos eletrônicos, a fim de justificar visualmente a necessidade dos serviços e trocas de peças, bem como das notas fiscais digitalizadas relativas aos serviços realizados;
- 21.2. Possibilitar que o aprovador de itens de manutenção negocie o preço cotado com os estabelecimentos.
22. Solução para que não seja gerada taxa de cobrança, nos meses subsequentes, pelos cartões ativos e não utilizados no período de 30 (trinta) dias corridos;
23. Registrar a data e hora dos acessos e as atividades realizadas pelos usuários;
24. Comportar níveis de alçada de aprovação de Ordens de Serviço de manutenção parametrizáveis por valor;
25. Permitir que os aprovadores possam filtrar a visualização das Ordens de Serviço de manutenção pendentes de aprovação por órgão, por data e por família;
26. Permitir a inserção manual de dados em suas bases em casos de contingências, conforme exigido no Anexo I-C do Edital do Processo nº 095.2013.VI.PP.022.SAD;
27. Cadastro de veículos com registro no DETRAN, contendo no mínimo:
 - 27.1. Lotação do veículo: órgão, cidade e código do centro de custo;

- 27.2. Placa, RENAVAM, chassi, combustível, marca/modelo, ano de fabricação, ano do modelo, capacidade/potência/cilindrada, categoria, cor predominante, capacidade do tanque e dados do hodômetro dos veículos;
- 27.3. Tipo de usuário e classificação dos veículos, definidos na forma do art. 2º, do Decreto nº 34.521/2010 (ou sucedâneo), correlacionando-os conforme o texto legal;
- 27.4. Propriedade do veículo, definido como: próprio, locado, cedido de outro órgão ou apreendido (utilizado com autorização judicial);
- 27.5. Situação de identificação, definida como: adesivado ou não adesivado;
- 27.6. Tipo, definido como: Leve, Pickup Média, Pickup Pesada, Moto, Caminhão, Van, Ônibus ou Micro-ônibus.
- 27.7. Situação do veículo, definida como: ativo, inativo, devolvido, cedido para outro órgão, em manutenção ou alienado;
- 27.8. Em se tratando de veículos locados:
 - 27.8.1 Razão social da locadora;
 - 27.8.2 CNPJ da locadora;
 - 27.8.3 Valor mensal da locação.
- 27.9. Em se tratando de veículos próprios:
 - 27.9.1 Razão social do fornecedor;
 - 27.9.2 CNPJ do fornecedor;
 - 27.9.3 Valor de aquisição.
- 28. Cadastro de veículos/equipamentos sem registro no DETRAN contendo, no mínimo:
 - 28.1. Número de série;
 - 28.2. Marca;
 - 28.3. Tipo, definido como: Extra ou Outro;
 - 28.4. Modelo, definido como: Extra, Gerador, Trator, Motor, Caldeira, Reboque, Veículo Aquático, Equipamento, Veículo Terrestre sem RENAVAM;
 - 28.5. Propriedade do veículo/equipamento, definido como: próprio, locado, cedido de outro órgão ou apreendido (utilizado com autorização judicial);
 - 28.6. Situação de identificação, definida como: adesivado ou não adesivado;
 - 28.7. Situação do veículo/equipamento, definida como: ativo, inativo, devolvido, cedido para outro órgão, em manutenção ou alienado;
 - 28.8. Em se tratando de veículos/equipamentos locados:
 - 28.8.1 Razão social da locadora;
 - 28.8.2 CNPJ da locadora;
 - 28.8.3 Valor mensal da locação.
 - 28.9. Em se tratando de veículos/equipamentos próprios:
 - 28.9.1 Razão social do fornecedor;
 - 28.9.2 CNPJ do fornecedor;
 - 28.9.3 Valor de aquisição.


Emilio Veludo Lopes
Secretário Executivo
de Administração


Oscar Vilaca de Melo Filho
Procurador do Estado de PE

29. Cadastro de motoristas, gestores e aprovadores contendo, no mínimo:
- 29.1. Nome;
 - 29.2. Data de nascimento;
 - 29.3. RG;
 - 29.4. CPF;
 - 29.5. Órgão de Lotação;
 - 29.6. Matrícula.
 - 29.7. Em se tratando de motorista:
 - 29.7.1 RENACH;
 - 29.7.2 Data de vencimento do RENACH.
30. O sistema não deve permitir a finalização de qualquer um dos cadastros referidos nos itens 27, 28 e 29 sem que todas as informações solicitadas sejam preenchidas.
31. Cadastro dos estabelecimentos credenciados contendo, no mínimo:
- 31.1. Nome Fantasia e Razão Social;
 - 31.2. CNPJ;
 - 31.3. UF;
 - 31.4. Município;
 - 31.5. Endereço;
 - 31.6. Telefone;
 - 31.7. Horário de funcionamento;
 - 31.8. Área de atuação;
 - 31.9. Serviços que oferece.
32. Devem ser disponibilizadas bases de dados distintas contemplando informações de veículos ativos e alienado ou solução de filtragem que permita resultado semelhante;
33. Todos os dados relativos às operações devem ser capturados no momento da transação incluindo, no mínimo:
- 33.1. Data, horário, estabelecimento em que ocorreu, número da autorização ou da ordem de serviço, município em que ocorreu, motorista ou aprovador responsável e veículo a que se refere;
 - 33.2. Em se tratando de abastecimento, além das anteriores:
 - 33.2.1 Tipo de combustível;
 - 33.2.2 Quantidade abastecida;
 - 33.2.3 Valor unitário pago;
 - 33.2.4 Hodômetro/Cronômetro atual do veículo/equipamento.
 - 33.3. Em se tratando de manutenção:
 - 33.3.1 Tipo de peça ou serviço adquirido;
 - 33.3.2 Referência completa da peça ou serviço adquirido;
 - 33.3.3 Quantidade de mão de obra utilizada para cada peça substituída ou serviço realizado;

Emílio Veludo Lopes
Secretário Executivo
de Administração

Oscar Viçosa de Melo Filho
Procurador do Estado de PE

33.3.4 Valor orçado inicialmente e valor aprovado de cada peça ou serviço;

33.3.5 Estabelecimentos onde o preço foi cotado.

34. O banco de dados de cadastro de veículos/equipamentos e captura de informações deve ser compartilhado por todas as operações da contratação (manutenção, abastecimento e lavagem), possibilitando um centro de controle único.

~~Emílio Veludo Lopes~~
Secretário Executivo
de Administração

Oscar Vilaca de Melo Filho
Procurador do Estado de PE
Procurador Geral
18